



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

1 Às 09h45, do dia 19 de dezembro de 2017, no Auditório Capiba - Edifício Sede da
2 Prefeitura do Recife – 15º andar (Av. Cais do Apolo, 925, Bairro do Recife,
3 Recife/PE), reuniu-se o Conselho da Cidade do Recife para a 13ª Reunião Ordinária,
4 para tratar das seguintes pautas: Apresentação do Produto 03 do Plano Local de
5 Habitação de Interesse Social (PLHIS), Apresentação do Plano de Ordenamento
6 Territorial (POT) – Processo e estratégia para seu desenvolvimento e Apresentação
7 do relatório de atividades do Conselho da Cidade em 2017. Os nomes dos
8 conselheiros presentes se encontram ao final desta Ata. Após verificar o quórum com
9 a presença de 35 conselheiros entre titulares e suplentes, Antônio Alexandre (Poder
10 Público) declarou aberta a plenária do Conselho. Informou que abriu tolerância em
11 relação ao horário porque alguns conselheiros entraram em contato, informando que
12 se atrasariam, porém, o limite nas próximas reuniões continuará sendo até às 09h30.
13 Apresentou sugestão de pauta e conduziu a aprovação da ata da reunião anterior.
14 Norah Neves (Poder Público) explanou sobre o Produto 03, onde fez um rápido
15 histórico dos debates ocorridos nas reuniões da Câmara Técnica de Habitação e
16 Regularização Fundiária. Informou que o Plano foi construído através do diagnóstico,
17 do que foi debatido na VI Conferência da Cidade do Recife e nas escutas populares
18 ocorridas no segundo semestre de 2017. Winnie Fellows (Lucena) iniciou a
19 apresentação, mostrando as estratégias de ação do PLHIS e o relatório das escutas
20 populares, além das sugestões apresentadas na 14ª Reunião da Câmara Técnica de
21 Habitação de Regularização Fundiária. Mostrou o sumário do Produto 03, explicou
22 que o trabalho é resultante do acordo firmado entre a consultoria Lucena e o
23 Município da cidade do Recife, mediante o contrato 212/2014, que se deu através de
24 licitação pública. Explicou que a consultoria foi contratada para elaboração do Plano
25 Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). Falou da metodologia, das
26 estimativas, das estratégias de ação, das definições de metas, do monitoramento, da
27 matriz do quadro lógico (a qual a Prefeitura do Recife poderá acompanhar a
28 implementação do PLHIS), ressaltou que ainda falta finalizar a parte financeira do
29 Plano. Continuou apresentando as bases para a construção das estratégias de ação
30 e destaques no diagnóstico. Apresentou propostas prioritárias, apresentadas na VI
31 Conferência da Cidade do Recife, como por exemplo: reestruturar o PREZEIS, criar
32 instrumentos de cota de solidariedade, aplicar o Fundo Municipal de Interesse Social,
33 apoiar as experiências autogestionárias e associativas para construção de habitação
34 de interesse social, elaborar e implementar o Plano de Regularização Fundiária da
35 ZEIS, estruturar um programa de melhorias habitacionais, garantir fonte de
36 financiamento permanente para Programas de Habitação de Interesse Social e
37 Regularização Fundiária, criar banco de terras e imóveis que estejam desocupados
38 para uma política de reassentamento/requalificação da área central, estimular e
39 apoiar as experiências autogestionárias e garantir moradias para população de baixa
40 renda que esteja em situação de risco socioambiental. Apresentou o resultado das
41 três escutas realizadas com as seis RPAs do Recife, onde obtiveram 364 propostas.
42 Falou das três reuniões que tiveram nas Câmaras Técnicas onde obtiveram diversas
43 contribuições apresentadas nestas reuniões como, por exemplo: repensar as taxas
44 de crescimento do déficit e da inadequação, propor um redesenho organizacional,

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

45 fortalecer a regularização fundiária, transformar as CIS em ZEIS (a partir da Lei do
46 PREZEIS), resolver a questão dos habitacionais degradados, como maior utilização
47 de construções verticais para enfrentar o déficit em relação a pouca disponibilização
48 de terras no município, dentre outras. Ainda acrescentou as propostas obtidas
49 através das seguintes entidades: Habitat para a Humanidade Brasil, Movimento de
50 Luta Popular e Comunitária – MLPC/PE, Confederação Nacional das Associações de
51 Moradores – CONAM, Observatório das Metrópoles, Segmento Popular do PREZEIS,
52 Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST Brasil, Resiste Santo Amaro,
53 Direitos Urbanos, Centro Popular de Direitos Humanos – CPDH, Rede Interação e
54 Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC. Refez as
55 estimativas das necessidades habitacionais, onde informou que calculou a taxa
56 geométrica anual de crescimento, através dos dados do IBGE. Expôs que deixou
57 para os conselheiros definir qual o déficit que desejam que a cidade possua.
58 Apresentou algumas das estratégias de ações definidas, onde informou que o
59 número de imóveis vagos do Recife é igual ao déficit habitacional. Mostrou algumas
60 das metas e linhas programáticas, frisou que o déficit será de 171.160 habitações em
61 2037 e a previsão de uma redução dependerá de uma política transformadora.
62 Explicou que para cada meta foram indicadas linhas programáticas. Falou das
63 propostas referentes ao estudo de otimização organizacional, onde sugeriu que
64 houvesse estruturas internas dentro dos órgãos que trabalham com habitação. Ainda
65 citou a apresentação do Plano na Caixa Econômica, a modernização das
66 construções, dentre outros. Apresentou análise da capacidade de investimento da
67 Prefeitura do Recife, como marcos regulatórios, os recursos financeiros para financiar
68 os habitacionais, disponibilidade de áreas para programas habitacionais onde
69 poderiam abrigar inúmeras famílias. Observou uma série de pressupostos que
70 precisam ocorrer para que o processo seja concluído. Expôs linha do tempo onde
71 informou que o PLHIS ainda está pendente na Caixa Econômica, em relação à lei
72 11.124/2005. Norah Neves (Poder Público) informou que o Plano foi feito com
73 recursos próprios e não precisa ser aprovado na Caixa Econômica, pode ser
74 aprovado na Câmara Técnica. Informou que a apresentação e o documento ficarão
75 disponíveis no site do Conselho da Cidade do Recife. Ressaltou que a parte
76 financeira ainda será discutida na Câmara Técnica de Habitação. Antônio Alexandre
77 (Poder Público) abriu espaço para que os conselheiros que assim desejarem,
78 fizessem alguma observação no que foi apresentado. Giancarlo Lírios (MLRT)
79 informou que participou de uma das escutas sobre o PLHIS, ocorrida na UNIVERSO,
80 contando com a presença de representantes das RPAs 5 e 6. Criticou que algumas
81 pessoas que trabalham na consultoria não estavam preparadas para trabalhar no
82 debate público. Relatou que um funcionário atrapalhou a fala de uma representante
83 da comunidade, desejando que a reunião fosse logo encerrada. Reclamou que não
84 ocorreram filmagens e os registros fotográficos foram insuficientes, pois seria
85 interessante que houvesse o registro. Inamara Melo (Poder Público) informou que a
86 Secretaria da Mulher entrou recentemente no Conselho e ainda não tiveram
87 oportunidade de dar maiores contribuições, mas ressaltou a importância de dar
88 prioridade às mulheres, em relação à titularidade dos imóveis, por exemplo. Gostaria



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

89 de saber do tempo para poder contribuir com a perspectiva de gênero no Plano.
90 Socorro Leite (HABITAT) informou que participou das reuniões das Câmaras
91 Técnicas, mas sentiu falta de receber o relatório ajustado antes desta reunião.
92 Ressaltou o desejo em participar de algo mais amplo que as escutas realizadas,
93 embora, com o que foi obtido, possa sentir um reflexo do que está saindo nas
94 comunidades. Enfatizou que é importante que seja feito um debate público. Ressaltou
95 que o Recife avançou o desenvolvimento urbano sem reservar imóveis e áreas para
96 habitação popular. Explanou sobre a questão da falta de definição da política de
97 arranjo institucional de habitação. Solicitou que os conselheiros façam uma leitura do
98 documento e ressaltou a importância da questão financeira, que é de onde sairá o
99 financiamento do Plano. Norah Neves (Poder Público) lembrou que a questão de
00 uma criação de um arranjo institucional, como a criação de uma nova secretaria, por
101 exemplo, talvez não seja necessária, mas que é de extrema importância que ocorra
102 uma avaliação do que existe hoje e obtenha-se uma melhoria organizacional.
103 Ressaltou a importância da prestação de contas e a importância de abrir para
104 sugestões dos conselheiros. Falou que já existe representação popular nas câmaras
105 e ressaltou a importância de haver um entendimento interno entre as secretarias.
106 Leonardo Cisneiros (DU) acredita que é importante um maior debate e advertiu para
107 a não criação conselhos paralelos, onde possivelmente, as discussões seriam
108 desarticuladas. Ressaltou a questão da não vinculação de receitas e entende que
109 pode haver um acordo político da sociedade para uma meta de vinculação da receita
110 para os próximos vínculos orçamentários. Fernanda Carvalho (Poder Público)
111 parabenizou a iniciativa do PLHIS, mas percebe que ainda há uma necessidade de
112 publicizar a questão dos moradores de rua. Observou que há muitas pessoas
113 morando nas ruas que possuem condições de trabalho, porém, sem moradia digna,
114 não conseguem alcançar os postos de trabalho. Ronaldo Coelho (HABITAT) falou
115 sobre a elaboração de uma zona especial para o PLHIS, expôs que falta investimento
116 na questão da habitação e falou que os fundos não são aplicados de maneira correta,
117 descumprindo a lei do PREZEIS. Requereu uma colocação mais firme da gestão para
118 regularização de um déficit que existe há décadas quanto ao investimento no fundo
119 do PREZEIS. Winnie Fellows (Lucena) falou sobre a proposta de desenho urbano,
120 que teriam que diminuir um pouco o que já tinham colocado, entendeu que teria
121 ficado acordado fazer uma pesquisa e inserir como está a política habitacional, ficou
122 de refazer esse trecho para não haver interpretações errôneas. Antônio Alexandre
123 (Poder Público) deu continuidade para a apresentação do primeiro modelo de
124 proposta para o POT. João Domingos (Poder Público) iniciou a apresentação sobre o
125 POT (Recife rumos aos 500 anos: Sustentável, resiliente, inovadora e inclusiva).
126 Apresentou o conteúdo do POT, onde falou do processo licitatório, experiência do
127 consórcio, propostas preliminares e cronogramas. Informou que o conteúdo foi
128 dividido em dois grupos: legislação e instrumentos urbanísticos. Mostrou que o Plano
129 Diretor poder ser mais normativo ou estratégico. Apresentou relação do Plano de
130 Ordenamento Territorial com outros Planos e Normas. Falou dos desafios como:
131 inclusão socioterritorial, sustentabilidade e resiliência, mobilidade sustentável, função
132 social da propriedade urbana, empreendedorismo e inovação e planejamento e



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

133 gestão participativa. Expôs o objetivo do Plano e tratou da base legal, onde explicou
134 sobre a confidencialidade exigida pelo Banco Mundial (artigo 42§5ª da Lei 8666 e
135 artigo 6ª e 7ª da Lei Municipal 17.765) e disse que o processo e a licitação foram
136 baseados no quesito qualidade e custo. Falou do processo licitatório, onde informou
137 que a partir de um determinado valor, o Banco permite que empresas internacionais
138 participem. Acrescentou que empresas de sete países se interessaram. Informou que
139 a lista continha dezenove empresas e após o primeiro ajuste, ficou com seis
140 empresas na disputa. Após receberem o termo de referência, houve uma
141 classificação das empresas, onde primeiro foi verificada a proposta técnica e,
142 posteriormente, a proposta financeira, onde houve a verificação final: técnica e preço.
143 Informou que o processo já foi homologado e está no setor jurídico. Apresentou
144 dados do consórcio vencedor (JW-Urbana e Diagonal), sua equipe e seus principais
145 projetos. Explanou sobre o escopo dos estudos, onde apresentou o diagnóstico
146 propositivo e informou que a proposta é que se faça em camadas os sistemas
147 ambientais, de infraestrutura e camadas de formas e uso de ocupação do solo.
148 Explicou que está incluso a análise crítica assim como a análise de técnica
149 participativa da realidade. Apresentou proposições: modelagens espaciais e
150 simulações. Exibiu uma proposta preliminar da estrutura de gestão participativa, onde
151 dividiu em três colunas de discussões e contribuições: uma de espaço organizacional
152 e consultorias, uma da sociedade civil organizada e outra da população em geral.
153 Trouxe um cronograma de execução preliminar, dividido em quatro etapas, onde
154 ressaltou que não estão validando os trâmites do processo e explicou que todas as
155 informações serão disponibilizadas para os conselheiros. Entende que ao longo do
156 ano, haverá outras pautas para serem discutidas e está aberto para receber
157 contribuições. Antônio Alexandre (Poder Público) ressaltou que esta é uma
158 apresentação, que ainda haverá um debate maior até a finalização do processo.
159 Alexandre Ramos (Poder Público) observou o item inicial do plano, que se refere aos
160 aspectos ambientais e informou que boa parte das informações a serem levantadas,
161 já existe, não havendo a necessidade desse levantamento. Ressaltou que a questão
162 metropolitana deve ser observada e que metade da população que utiliza a cidade,
163 não mora aqui e sim nas cidades próximas. Indagou como será o envolvimento
164 político dos segmentos da Prefeitura do Recife e a Câmara dos Vereadores, pois
165 sabe-se que se não houver o envolvimento dos vereadores, haverá centenas
166 ementas. Ressaltou que este é o momento de se construir algo bom para a cidade.
167 Maurício Pina (Poder Público) gostaria de saber em qual momento o Plano tocará na
168 questão metropolitana, pois o enfoque é metropolitano. Ronaldo Coelho (HABITAT)
169 concordou com a fala de Alexandre Ramos (Poder Público) sobre a questão
170 metropolitana, ressaltou que a participação da Câmara dos Vereadores é muito
171 tímida na Plenária, distribuiu e leu uma carta aberta ao conselho sobre o processo de
172 revisão do Plano Diretor, que em síntese, tratou de um pedido para uma maior
173 participação popular, onde solicitam a reabertura para a discussão sobre como se
174 dará o processo participativo de revisão do POT. Também defendem a suspensão de
175 todas as ações da gestão municipal que antecipam debates sobre conteúdos do
176 Plano Diretor. Assinaram a carta os seguintes grupos: Ação Comunitária Caranguejo



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

177 Uçá, Actionaid Brasil, AMECICLO, Associação Por amor às Graças, CENDHEC,
178 CPDH, CIAPA, CONAM, Consulta Popular, DU, Diretório Acadêmico de Geografia –
179 UFPE, ETAPAS, Escola de Ativismo, FASE, HABITAT, IBDU, IAB/PE, MLPM – Chão
180 de Estrelas, MLPC/PE, MMST/PE, MTST, NAJUP, Núcleo Multidisciplinar de
181 Pesquisa em Direito e Sociedade – UFRPE, Observatório das Metrópoles,
182 Observatório de Saneamento Ambiental Rede Interação, Resiste Santo Amaro,
183 PREZEIS, SINTRACI, UNMP e UFPE. Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) falou que
184 o cronograma deveria tratar a questão da região metropolitana e o Plano deveria
185 observar como tratará a cidade viável para criação de empregos e melhoria
186 socioeconômica. Leonardo Cisneiros (DU) resgatou alguns debates feitos desde o
187 início do ano, como o sigilo em relação à licitação do Plano, onde contesta a
188 justificativa legal, onde leu a Lei citada, mais precisamente, o artigo 7ª, ressaltando
189 que segundo a lei municipal, o sigilo é após a abertura das propostas. Expôs que
190 segundo a lei 8666, se fala que o sigilo deva ser justificado, por um parecer do
191 responsável pela licitação, que seja objeto de despacho ratificado pela autoridade
192 imediatamente superior, onde, segundo ele, isso não aconteceu. Informou que existe
193 um questionamento do TCU, pois, segundo ele, há uma violação no princípio da
194 publicidade, que é um princípio constitucional. Lembrou que o valor do contrato que é
195 superior aos dois milhões de Reais e que a gestão gastou mais de vinte milhões em
196 projetos diversos, enquanto optou por um contrato com o Banco Mundial de um valor
197 muito menor. Ressaltou que a discussão é recente, mais precisamente de 2014 e que
198 não há uma cláusula de discutir o termo de referência com o conselho, que esta foi
199 uma decisão política. Frisou a ideia compartilhada com a sociedade civil em todas as
200 fases do processo e que isso não ocorreu, já que várias decisões foram tomadas sem
201 a participação do conselho. Gostaria de registrar que no termo de referência há muito
202 pouca contribuição para a questão da realidade urbana mais dramática da população,
203 que está fora da contratação do Plano Diretor. Expôs que as questões dos problemas
204 da cidade do Recife estão muito limitadas no Plano e o desaparecimento da questão
205 socioespacial da cidade do Recife. Sandro Guedes (ADEMI/PE) ressalta a
206 preocupação com a sobreposição de trabalhos, onde citou os vários Planos e
207 projetos que estão sendo trabalhados. Gostaria de esclarecimentos de como serão
208 considerados, já que alguns planos deverão ser finalizados antes da finalização do
209 Plano Diretor e sofrem impacto direto de tudo que será visto no próximo ano. Sandra
210 Pires (OAB/PE) pediu a palavra para fazer esclarecimentos sobre a governança
211 metropolitana e a sobreposição do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado -
212 PDUI. Esclareceu que a OAB/PE, através da escola de advocacia, vem
213 acompanhando a discussão da governança metropolitana desde o ano passado,
214 participando de reuniões interativas com outras entidades civis, onde observaram que
215 existe o estatuto metropolitano, que fez três anos a partir de 2015 e o PDUI, porém,
216 na prática, o que ocorre na região metropolitana é que apenas este ano começou a
217 se trabalhar essa questão. Expôs que recebeu propostas distintas da sociedade Civil
218 e do Condepe Fidem, aonde posteriormente, se chegou a uma minuta encaminhada
219 à procuradoria do estado, que após revisão, encaminhou para Assembleia Legislativa
220 em novembro. Informou que fez um debate sobre governança metropolitana, o qual



PREFEITURA DO
RECIFE

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

221 convidaram inúmeros participantes da sociedade civil para um debate. Informou que
222 há inúmeras dúvidas e lacunas sobre ele e que a participação popular ainda é tímida
223 na proposta, ainda, expôs a dificuldade de trazer os prefeitos para essa discussão.
224 Informou que uma representante do Ministério Público participou do debate e estão
225 apresentando um projeto de lei no congresso para prorrogação do prazo, que seria
226 em janeiro de 2018, para que o PDUI esteja implantado. Ressaltou que na região
227 metropolitana do Recife não se tem a governança metropolitana e nem o PDUI
228 pensados. Falou da probabilidade do Plano Diretor sair antes do PDUI, mas o certo o
229 contrário, já que é o que manda a legislação e o estatuto da metrópole. João José da
230 Silva (MLPC/PE) crê que é necessário tirar algumas amarras, inclusive nas ZEIS,
231 onde ressaltou que não são áreas segregadas, e sim, espaços que a lei garante que
232 as pessoas que moram lá, assim permaneçam. Ressaltou que os moradores das
233 ZEIS lutam para garantir seu espaço na sociedade. Falou que o Consórcio Grande
234 Recife não agrega todas as cidades da região metropolitana e que é importante a
235 participação da população residente dessas áreas. Expôs que a especulação
236 imobiliária oprime o direito do cidadão de ter sua moradia digna. Socorro Leite
237 (HABITAT) ressaltou a falta da discussão nas RPAs e que os cidadãos podem
238 contribuir de uma forma mais complexa. Informou que participou de um seminário
239 com diversos setores da sociedade do país e que há diversas ferramentas que
240 possibilitem um trabalho mais adequado. Expôs a responsabilidade, enquanto
241 conselho, de desenvolver ou criar mecanismos inclusivos para a população. Falou
242 que não houve uma capacitação da população para participar do processo e que não
243 se pode acumular informações para debatê-las na Conferência. Ressaltou que
244 desejam acompanhar mais de perto do Plano Diretor e reforçou que é possível que a
245 sociedade e o setor técnico caminhem em paralelo. Disse que o processo
246 participativo da forma que está, é mais uma alegoria do que um eixo. Antônio
247 Alexandre (Poder Público) fez dois comentários: 1 – esclareceu posição do poder
248 executivo desse processo, que distingue o processo de revisão do Plano Diretor e
249 das legislações urbanísticas como produto e este processo, até pelo aparato
250 normativo, devem obedecer a um modelo participativo de gestão democrática.
251 Ressaltou que o poder executivo tem a responsabilidade de reunir conjuntos de
252 natureza técnica de suporte. Falou que necessitam reforçar esse corpo técnico
253 existente com uma contratação que foi viabilizada através de uma oportunidade do
254 contrato do Banco Mundial, cujos componentes permitiam, na gestão urbana, esse
255 tipo de contratação. Falou que em relação ao processo de contratação, o poder
256 executivo, com sua procuradoria, concluiu pela legalidade desse processo, que foi
257 conduzido para a contratação de uma consultoria de apoio técnico ao projeto, no
258 âmbito do poder executivo, os quais batizaram de Plano de Ordenamento Territorial
259 para dar suporte ao processo de revisão do Plano Diretor de revisão urbanística.
260 Ressaltou que essa contratação é do poder executivo. Que este que irá responder a
261 todos os órgãos de controle da execução do recurso público aplicado. Explicou que
262 ainda vão decidir as instâncias onde o processo será consolidado. Gostaria de
263 pontuar que é de acordo com o processo de participação que está sendo
264 reivindicado. 2 – Sobre a questão metropolitana informou que esteve no fórum citado

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

265 por Sandra Pires (OAB/PE). Expôs que sobre a lacuna referente à questão
266 metropolitana, ela vem da Constituição, já que colona união, estados e municípios
267 como itens autônomos, não considerando a realidade metropolitana. Deixando de
268 receber um arranjo de governança citado por vários conselheiros. Ressaltou ainda,
269 que antes do PDUI, era exigida que fosse instituída a governança metropolitana,
270 onde a primeira tarefa era conduzir o processo de construção do PDUI. Falou que
271 apenas uma região metropolitana do país aprovou o PDUI. Ressaltou que o Governo
272 do Estado de Pernambuco já apresentou uma proposta de gestão metropolitana.
273 Ressaltou que o que se pode pensar no momento, no arranjo normativo, é que se
274 restringe à competência municipal, mas precisa considerar toda a região
275 metropolitana. Ângela Carneiro (CAU/PE) falou sobre a questão metropolitana já
276 vem sendo discutida há tempos, que o CAU já fez uma discussão interessante sobre
277 a questão e se preocupa com a questão da governança metropolitana. Ressaltou que
278 o documento apresentado não atendeu as demandas locais. Ronaldo Coelho
279 (HABITAT) reforçou a questão da publicidade citada por Leonardo Cisneiros (DU),
280 onde destacou a legalidade da participação dos conselheiros. Falou da questão do
281 tempo, onde estão próximos ao prazo limite de sua finalização e ressaltou a
282 importância do cidadão está qualificado para participar do processo de debate. João
283 Domingos (Poder Público) expôs que o município não tem competência para legislar
284 em cima da metrópole, que todos devem fazer parte desse processo. Ressaltou que
285 já estão no limite da revisão do Plano Diretor e que há a necessidade de um olhar
286 metropolitano, para verificar como o Recife será inserido na questão. Comentou que
287 o processo de participação, vem antes do estatuto da metrópole, que as falhas
288 precisam ser encaradas e deve-se ter um olhar mais direcionado pra frente,
289 ressaltando as pendências e contribuindo com diretrizes específicas. Tratou que
290 estão realizando uma articulação com o poder legislativo e que em relação às
291 capacitações, já vem buscando realizar fazer um estreitamento com instituições como
292 o Lincoln Institute, onde podem trazê-los para que ocorra um processo mais
293 participativo e colaborativo da população possível. Recordou que houve um convênio
294 com a Prefeitura do Recife e a Fade, para que pudesse dar um apoio técnico ao
295 município na época, e eventualmente pode contar com essa consultoria. Expôs que
296 estão procurando conduzir o processo de uma forma mais ampla possível. Reforçou
297 que estão abertos a receber contribuições concretas. Glória Brandão (Poder Público)
298 registrou que é importante deixar claro para a sociedade a proposta de um conjunto
299 de revisão de leis. Propôs que a próxima reunião do Conselho seja para discutir como
300 será o processo participativo do Plano Diretor. Pede que as pessoas que estão
301 questionando a parte jurídica, que os façam na forma legal. Deixou claro que a
302 contratação foi feita, tendo como foco principal o processo de participação e
303 qualificação técnica da empresa, ressaltando o papel do Concidade no processo.
304 Explanou para que fique bem claro, que a parte institucional dos órgãos seja
305 composta pelo IPHAN e outros órgãos colegiados. Leonardo Cisneiros (DU) ressaltou
306 que a contratação inclui um processo participativo e o desenho está no termo de
307 conferência. Falou que a contratação definida pode implicar no orçamento e que deve
308 existir uma abertura real e franca para discutir aditivos e demais assuntos. Expôs que



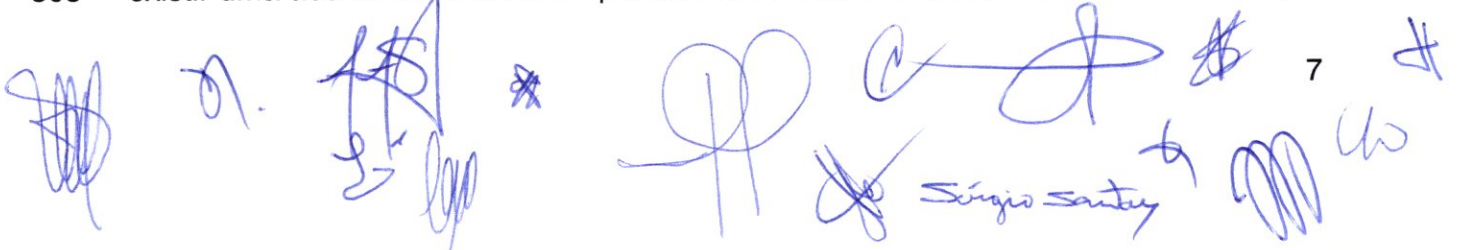














CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

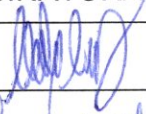
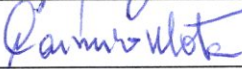
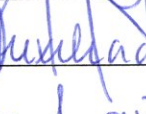
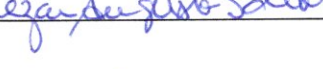
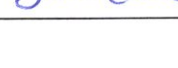
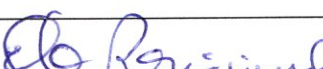
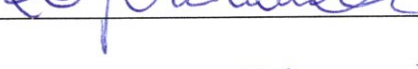
Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

se o termo de referência é só uma referência inicial, que é necessário ter conhecimento da proposta vencedora. Reforçou que só pode iniciar o processo com o conhecimento da proposta vencedora e que o conselho tem o poder de enviar o que já foi discutido. Antônio Alexandre (Poder Público) reforçou que a apresentação com as dinâmicas do conselho e as informações sobre as Câmaras Técnicas, estarão disponível no site do Conselho da Cidade. Repassou para os informes gerais. Ângela Carneiro (CAU/PE) comunicou que o CAU passou por um processo de renovação e deve indicar para 2018 os novos titulares e suplentes, informou que termina a gestão de conselheira suplente e agradeceu, desejando boa sorte a todos. Noé Sérgio (IAB/PE) trouxe apresentação sobre ocorrência na Rua do Imperador onde existe a presença de inúmeros moradores de ruas nas redondezas. Expôs que foi lançada uma grade, no meio da calçada, privatizando a rua. Ressaltou que é um caso que envolve a DPPC, onde o órgão já notificou os envolvidos, mas não possui o poder de intervir. Relatou que é necessário o envolvimento de outras instâncias, sobretudo a Secretaria de Controle Urbano e a SDSJPDDH. Esta última, por conta do perfil dos moradores. Reforçou que essa ação precisa ser coibida, tendo em vista o objetivo da preservação. Lorena Veloso (Poder Público) informou que a solicitação da DPPC à SEMOC já foi realizada há certo tempo. Noé Sérgio (IAB/PE) solicita que o conselho monitore essa ação. Antônio Alexandre (Poder Público) discorda, pois há um processo administrativo para isso e informou que a Câmara Técnica de Patrimônio trará posteriormente para o plenário qual será o desdobramento. João José da Silva (MLPC/PE) informou que haverá no GAJOP uma reunião, hoje, às 19h, do Comitê Pernambuco do fórum social mundial, que será realizado nos 15, 16 e 17 de março de 2018. Giancarlo Lírios (MLRT) falou que o conselho está de parabéns por mais um ano de atuação. Considerou que o confronto que houve entre o movimento e a Guarda Municipal do Recife para participar do seminário sobre patrimônio, prejudicou a boa relação entre a SEPLAN e o movimento. Relatou que o seminário não teve inscrição oficial, mas que o problema foi o impedimento da participação. Leonardo Cisneiros (DU) relatou que em reunião anterior do conselho, trouxe a proposta de pauta sobre a lei dos IPAVS, onde tomou conhecimento que o projeto de lei foi para Câmara dos Vereadores e não foi apresentado ao conselho da cidade, quando na ocasião os membros da SEPLAN, do ICPS e da Controladoria do Município asseguraram que o projeto seria discutido no conselho. Reiterou que esse projeto terá interferência na forma de uso do solo, e o conselho não teve a oportunidade de discutir, sendo considerado apenas o parecer do COMAM, embora o projeto repercuta sobre o uso do solo urbano. Solicitou mais informações sobre o projeto referente à Vida Naval, como informe da Câmara Técnica. Eugênia Simões (Poder Público) justificou que é do COMAM e que esse projeto passou por lá devido à lei do SMUP, que remete a discussão e deliberação desse projeto pelo COMAM. Informou que a Procuradoria do Município emitiu parecer ao Ministério Público e informou que não há obrigatoriedade dessa matéria ser apreciada pelo conselho da cidade. Explicou que sob o aspecto jurídico não há obrigatoriedade dessa matéria passar pelo conselho da cidade. Lembrou que a Câmara Técnica do conselho da cidade foi convidada para a discussão do COMAM, mas que a título de deliberação de acordo

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

353 com o SMUP, coube ao COMAM definir. Antônio Alexandre (Poder Público) reforçou
354 a pertinência na matéria ser discutida pelo COMAM, não ocorrendo divergência no
355 fórum específico de discussão, a Prefeitura da Cidade do Recife tomou a iniciativa de
356 encaminhar a matéria ao legislativo. A Prefeitura entendeu que a matéria estava
357 legitimada para ser encaminhada ao legislativo, pois cumpriu todo procedimento
358 definido pelo SMUP. João Domingos (Poder Público) informou que ocorreu uma
359 audiência pública com o Ministério Público de Pernambuco, sobre o Pontal de
360 Afogados, localizada no bairro de mesmo nome, que é uma ocupação em uma região
361 fabril, onde foi feita uma provocação de proprietários da área para elaboração de um
362 plano urbanístico. Explicou que essa área está sendo contemplada no projeto de
363 centralidades urbanas e o desdobramento desse processo será repassado para o
364 conselho da cidade. Sobre o projeto de Santo Amaro Norte, informou que ainda se
365 encontra em revisão, e posteriormente será retomada a discussão no conselho.
366 Fernanda Carvalho (Poder Público) informou que o problema da Rua Imperial deve
367 ser abordado via um conjunto de políticas públicas e não deve ser tratado por meio
368 de uma visão higienista. Lorena Veloso (Poder Público) repassou a informação sobre
369 a Rua Imperial, informando que a SEMOC atuou quem colocou o gradil e deram um
370 prazo para resolver a questão. Antônio Alexandre (Poder Público) retomou a reunião,
371 encerrando a fase dos informes. Propôs que a próxima reunião seja realizada no final
372 de janeiro de 2018. A reunião foi encerrada às 13h19. Sem mais nada a acrescentar,
373 eu, Carlos Alberto Carneiro Monteiro, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos
374 conselheiros presentes. Recife, 19 de dezembro de 2017.

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Alexandre Ramos (Poder Público)	
Ana Cláudia Mota (Poder Público)	
Ângela Carneiro (CAU/PE)	
Antônio Alexandre (Poder Público)	
Auxiliadora Pires (Poder Público)	
Cezar Augusto (Poder Público)	
Daniel Valença (AMECICLO)	
Danielle Rocha (UFPE)	
Eduardo Cavalcanti (ABIH/PE)	
Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE)	

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

Eugênia Simões (Poder Público)	
Fernando de Alcântara (Poder Público)	
Giancarlo Lírios (MLRT)	
Glória Brandão (Poder Público)	
Inamara Melo (Poder Público)	
João Domingos Azevedo (Poder Público)	
João José da Silva (MLPC/PE)	
José Fernandes Júnior (Poder Público)	
Leonardo Cisneiros (DU)	
Lorena Veloso (Poder Público)	
Luciana Félix (Poder Público)	
Luciano Ferraz (Poder Público)	
Marcela Gusmão (Poder Público)	
Maria Helena Maranhão (Poder Público)	
Maurício Pina (Poder Público)	
Noé Sérgio (IAB/PE)	
Norah Neves (Poder Público)	
Paulo Monteiro (CDL Recife)	
Renan Castro (CENDHEC)	
Ronaldo Coelho (HABITAT)	
Sandra Pires (OAB/PE)	
Sandro Guedes (ADEMI/PE)	
Sérgio Santos (ABES/PE)	



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 13ª Reunião Ordinária do Conselho da Cidade do Recife
Dia 19 de dezembro de 2017

Severino José Alves (SENTRACI)	
Socorro Leite (HABITAT)	<i>Socorro Leite</i> <i>Sérgio Santos</i>